

[ATUAÇÃO]

Luta contra Decreto 10.620/2021 é prioridade



SINAL leva pleito pela revogação do dispositivo às mais variadas instâncias

O trabalho no sentido de impedir que as atividades de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões dos servidores do Banco Central do Brasil sejam transferidas para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) segue. A demanda pela revogação do Decreto 10.620/2021 vem pautando a atuação do Sindicato nas mais variadas instâncias.

No último dia 21 de setembro, o tema foi levado pelo presidente do SINAL, Fábio Faiad, à ex-ministra Miriam Belchior, uma das coordenadoras do programa de governo da chapa Lula/Alckmin para as eleições presidenciais. O encontro, que contou com a presença de lideranças de outras entidades representativas, teve como objetivo apresentar propostas e pleitos para o fortalecimento do setor público e a valorização da classe.

Na oportunidade, Faiad elencou argumentos que evidenciam o caráter inconstitucional do Decreto 10.620, destacando as vantagens da revogação do dispositivo e falando da necessidade de uma medida urgente contra o normativo.

Em relação ao atual governo - um dos postulantes às eleições de outubro -, o Sindicato tem buscado tratativas com autoridades do Poder Executivo, seja nos encontros com membros da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia, seja nas reiteradas solicitações de audiência com a Casa Civil.

Portanto, independentemente do resultado

das urnas, haja vista ainda a **busca por diálogos com todos os demais candidatos à Presidência da República**, a luta contra o Decreto 10.620/2021 seguirá sendo prioridade na agenda de trabalho do SINAL.

Na Justiça

É importante lembrar ainda que o regramento é alvo de questionamentos também na esfera do Poder Judiciário. Conforme noticiou a edição nº 18 do SINAL Plural Expresso, em agosto, o Sindicato conseguiu liminar em ação civil pública, que, por ora, impede que o referido decreto surta efeitos sobre os servidores do Banco Central do Brasil.

“Diante do exposto, defiro o pedido de tutela de urgência para assegurar aos substituídos do Sindicato autor o direito de a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social permanecerem sendo realizadas pelos órgãos descentralizados do SIPEC, determinando-se, assim, à ré que se abstenha de promover a transferência nos termos do Decreto n.º 10.620, de 05 de fevereiro de 2021, até ulterior decisão desse juízo, conforme interpretação dada ao caso em concreto”, proferiu o juiz da 16ª Vara Federal Cível (Seção Judiciária do Distrito Federal), Marcelo Rebello Pinheiro.

A luta continuará, até que o corpo funcional da Autarquia esteja livre de vez desta ameaça. O lugar dos aposentados e pensionistas do BC é na própria Casa!

[28,86%]

Diretoria do BC se recusa a negociar

SINAL repudia postura, que vai na contramão de outros órgãos da Administração Pública

Mais uma vez, o Banco Central se fecha ao diálogo acerca de uma demanda de grande relevância para os servidores da Casa. Em reunião com o SINAL no último dia 12 de setembro, a diretora de Administração da Autarquia, Carolina Barros, negou a possibilidade do estabelecimento de uma mesa negocial em relação aos 28,86%.

“O Sindicato repudia a atitude, que apenas fomenta a piora do clima organizacional, uma vez que evidencia a indiferença ao pleito de parte considerável do corpo funcional da Autarquia. A negativa se torna ainda mais injustificável haja vista os diversos acordos firmados recentemente com servidores de outros órgãos, garantindo a efetivação de seu direito e o fim de litígios que, assim como no BC, se arrastavam por décadas”, destacou a edição 139 do Apito Brasil.

Dias antes do encontro com a Dirad, o SINAL havia se reunido com representantes da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (PGBC), oportunidade em que reforçou a disposição para negociar, sugerindo, inclusive, um cronograma de reuniões para que as partes pudessem avaliar em que patamares seria possível o estabelecimento de um processo formal de negociação no âmbito da Câmara de Conciliação da AGU.

O Sindicato permanecerá atuando, nas variadas frentes, visando um desfecho exitoso, que assegure o respeito ao direito de milhares de servidores. **Vale lembrar que, no Judiciário, onde o pleito segue, o SINAL apresentou ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) a alegação de litigância de má-fé, em face das reiteradas manobras protelatórias por parte do BC.**

[EC 103]

STF analisa ações que questionam pontos da reforma previdenciária

Sindicato, junto às demais entidades do Fonacate, acompanha deliberação, subsidia discussões e pleiteia julgamento presencial

O Supremo Tribunal Federal (STF) analisa 12 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIn) que questionam pontos da Emenda



Constitucional (EC) 103, fruto da reforma da Previdência promulgada em 2019. Pedido de vista do ministro Ricardo Lewandowski, no último dia 21 de setembro, suspendeu a análise dos magistrados, que ocorria por meio do plenário virtual.

A pausa momentânea na apreciação garante mais tempo para as partes interessadas levarem à Corte argumentos favoráveis à declaração de inconstitucionalidade de diversos dispositivos da EC 103 e para pleitear que o julgamento se dê presencialmente, o que garante maior participação no que se refere às sustentações orais.

O SINAL, por meio do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), figura como *amicus curiae* nas ADIn 6254 e 6258, que confrontam, dentre outras disposições da EC 103: a elevação e progressividade das alíquotas de contribuição; a possibilidade de cobranças extraordinárias e do aumento da base de cálculo da contribuição sobre os proventos de aposentados e pensionistas; e a extinção das regras de transição previstas nas Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005. Em setembro, a assessoria jurídica do Fonacate visitou gabinetes na Suprema Corte para tratar do tema.

Em outras instâncias do Judiciário, o Sindicato possui ações que também questionam diversos destes pontos.

Antes do pedido de vista de Lewandowski, o relator das ADIn no STF, ministro Luís Roberto Barroso, já havia votado, declarando a constitucionalidade de quase todos os dispositivos da reforma da Previdência.

Segue busca de recursos para suprimimento de demandas dos servidores do BC

Sindicato voltou a se reunir com relator do PLOA, senador Marcelo Castro, no último dia 20 de setembro



O SINAL segue dialogando com os atores envolvidos nos debates acerca do orçamento federal para o próximo ano no Congresso Nacional. No último dia 20 de setembro, o diretor de Relações Externas do Sindicato, Francisco Tancredi, representando também o SinTBacen e a ANBCB, voltou a se reunir com o relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual

(PLOA) de 2023, senador Marcelo Castro (MDB/PI).

Durante o encontro, Tancredi falou das perdas remuneratórias dos servidores do BC, haja vista a falta de reposição da inflação acumulada, e ressaltou o injustificável desequilíbrio salarial com carreiras congêneres, a despeito das importantes entregas que o Banco Central, pelas mãos de seu efetivo, vem promovendo à sociedade.

O senador se mostrou favorável a uma recomposição isonômica e disse que avalia como promovê-la, ponderando, também, que o valor indicado pelo governo federal no PLOA é insuficiente. Castro afirmou que está buscando uma alternativa, tendo como referência o reajuste aventado para o Judiciário.

Na oportunidade, o diretor de Relações Externas do Sindicato levou, ainda, a demanda pela Retribuição por Produtividade Institucional (RPBC), tema que vem sendo trabalhado, paralelamente, junto ao Poder Executivo.

O relator foi receptivo à proposta, mas pontuou que a iniciativa para a inserção do dispositivo no Orçamento deve ser do Planalto, que pode, por meio de expediente ao Congresso, propor alterações ao texto enviado anteriormente. Neste sentido, o SINAL vem reforçando os diálogos com governo.

Castro garantiu, por fim, que o espaço de discussão com seu gabinete seguirá aberto durante a tramitação do PLOA de 2023 no Legislativo.

Trabalho visa garantir novos avanços e desfecho célere a pontos já consensuados

SINAL requer tratativas no âmbito da Casa Civil

O mês de setembro contou com mais protestos do corpo funcional do Banco Central do Brasil em defesa das pautas salarial e não salarial. Nos dias 13 e 14, servidores ativos, aposentados e pensionistas se uniram para cobrar celeridade no andamento das minutas de Medida Provisória (MP) contendo as demandas da categoria e que vêm sendo alvo de tratativas entre a administração do BC e o Ministério da Economia (ME).

Já no dia 22 de setembro, o Banco Central informou o envio de nova minuta de MP tratando de termos referentes à reestruturação de carreira já consensuados com o ME. Após validação pelo ME, a minuta de MP será enviada à Casa Civil. Desta forma, o Sindicato vem intensificando as cobranças pelo agendamento de reunião entre o BC, a Casa Civil e as três entidades representativas dos servidores, com o objetivo de garantir um desfecho à questão de forma célere.

A consolidação dos avanços até então angariados e novas conquistas em pontos ainda pendentes, todavia, só serão alcançadas mediante a continuidade das mobilizações que nos trouxeram até aqui. E você, colega aposentado ou pensionista, é convocado a se somar a esta luta.

NOTAS

REVEJA

Não conseguiu participar ou deseja rever? Estão disponíveis em nosso site, na área restrita a filiados, os vídeos das reuniões virtuais realizadas nos dias 14 e 28 de setembro, que trataram, respectivamente, de ações judiciais em curso e do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central (PASBC).

O encontro virtual do dia 14 teve a presença do corpo jurídico do SINAL. Já a reunião do dia 28 contou com a participação de representantes do Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e Organização (Depes) do Banco Central, que esclareceram dúvidas e ouviram demandas e sugestões dos presentes.

Para conferir, acesse o site sinal.org.br e clique em “Área dos Filiados”, insira seus dados de acesso e selecione a opção “Vídeos exclusivos”.

REVISTA DIGITAL

Também está disponível em nosso site a terceira edição da revista digital Sinalizando. Em destaque, um balanço da, já histórica, mobilização dos servidores do Banco Central do Brasil, em torno das pautas salarial e não salarial, iniciada no ano passado e que segue neste segundo semestre de 2022.

A publicação, que tem o objetivo de repercutir os variados temas de interesse da categoria, dá espaço também para artigos e análises de questões como o debate público sobre a “paternidade” do PIX e a autonomia do BC.

A Sinalizando possui um design que se adapta aos diferentes dispositivos eletrônicos (smartphones, tablets, laptops, etc.), de modo a facilitar a leitura nos diversos tamanhos de tela.

Baixe a revista em nosso site, no menu superior “Publicações”.



Estão definidos os nomes dos representantes das dez regionais na 29ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do SINAL. Os delegados foram escolhidos mediante eleições no mês de setembro. Confira todos os eleitos no Apito Brasil, em nosso site. Os membros do Conselho Nacional do SINAL são delegados regionais natos.

A AND virtual segue em outubro com debates dos quatro subtemas pelos delegados em blogs específicos. A plenária, em que os delegados deliberarão acerca das propostas apresentadas, está marcada para os dias 5 e 6 de novembro.

No mesmo mês, será realizada Assembleia Geral Nacional, aberta à participação de toda a categoria, com o objetivo de referendar a pauta reivindicatória advinda das diretrizes aprovadas na plenária. Acompanhe notícias em nosso site e fique atento, pois sua participação neste processo é fundamental.

INFORMAÇÃO

Quer receber as principais notícias do Sindicato, de maneira ágil e prática, diretamente em seu WhatsApp? Participe de nossa lista de transmissão.

Para se inscrever, envie mensagem, via WhatsApp, para o número **(61) 981458400**, informando seu nome completo.



Os informativos e documentos citados nas matérias podem ser acessados na versão digital do Sinal Plural Expresso, disponível em nosso site (sinal.org.br), na aba “Publicações”, ou pelo QR Code ao lado.

Construa, junto conosco, este boletim. Envie comentários e sugestões de assuntos que você gostaria de ver aqui para sinalplural@sinal.org.br.



Use a câmera do seu smartphone para acessar.